

CIDADE CONTEMPORÂNEA: QUESTÕES CONCEITUAIS DA CONFORMAÇÃO DE SUA ESPACIALIDADE

Manoel Rodrigues ALVES*

Resumo

Na cidade contemporânea, observam-se novas formas enunciativas culturais da territorialidade urbana que, operando em um outro contexto da dimensão sociocultural, questionam e aportam novas construções conceituais da espacialidade urbana. Por outro lado, constata-se, nessa cidade, uma urbanística de processos de especialização econômica e funcional, de segregação morfológica dos ambientes urbanos e de tematização da paisagem. Entretanto, investigar a espacialidade do âmbito público do espaço urbano se diferencia de sua noção convencional. Em contraposição ao obscurecimento e desvalorização da memória coletiva de fragmentos congelados de uma história valorada, que se inscrevem em pretensos simulacros do espaço público, argumenta-se pela necessidade da (re)significação da relação público/privado: a cidade é um artefato cultural para ser vivenciado, não um falso objeto de consumo reflexo do consumismo e comercialização de um tempo determinado.

Palavras chave: cidade contemporânea, espacialidade urbana, público e privado (domínio).

Abstract

Contemporary urban space not only brings together what is ordinary and diverse, but it also creates new conceptual frameworks for urban landscapes. In this scenario, to investigate different approaches to promote new urban landscapes that reflect the creative economy is only possible if we also consider that the contemporary urban space results from a different sense of urbanity that transforms the public / private relationship. These landscapes, transferring civic activities to private space, promote new spatialities and sociabilities in a so-called 'new public spaces'. This paper develops a conceptual framework aiming at providing hints for contemporary urban landscape. As such, argues that urban collective spaces must be representative of the contemporary social plurality; new territorialities of a multi-referential and heterotopic society. Cities are a cultural artifact to be

* Universidade de São Paulo

Escola de Engenharia de São Carlos - Departamento de Arquitetura e Urbanismo
(end): Avenida Trabalhador São-carlense, 400 - CEP 13560-970 - Caixa Postal 359
São Carlos / SP - (fones): (0xx16) 33739294 - (fax): (0xx16) 33739310 - (e-mail): mra@sc.usp.br
29

experienced, not a reflection of consumerism and commercialization, a fake object of consumption.

Keywords: contemporary city, urban spatiality, public and private (domain).

I. Introdução

Este ensaio resulta de trabalho conceitual caracterizado pelo desenvolvimento de questões prospectivas e, em parte, pelo estabelecimento de hipóteses acerca da espacialidade da cidade contemporânea e processos de transformação de seu território e de sua paisagem, particularmente quanto à conformação e configuração de seu espaço público. Em assim sendo, investigam-se conceitos referentes à compreensão de processos de espacialização da cidade contemporânea, particularmente da relação público / privado e sua (re)significação, trabalhando, por um lado, as noções de paisagem e espaço e, por outro, a reflexão quanto a nexos e elementos de configuração da forma urbana: portanto, aspectos de transformação da paisagem e de processos relativos ao seu contexto e produto. É intenção formular argumentos que permitam a análise de situações espaciais concretas condicionadas por uma dimensão heterológica da cidade contemporânea, antes que estritamente arquitetônica.

Entende-se necessário investigar as relações entre público e privado na cidade contemporânea e suas complexas fases socioculturais, interpretando desde o pensamento contemporâneo pós-estruturalista (os trânsitos que ampliam a perspectiva habitual da noção de espaço público), de modo a produzir construções teóricas que, a partir de estéticas da urbanidade contemporânea, explicitem os fenômenos de territorialização e desterritorialização em relação a seus espaços públicos, cenários e atores urbanos. Complementarmente, operando com formas de urbanidade emergentes na contemporaneidade, correlacionar a validação de noções de paisagem e sua qualidade de linguagem de conotação ambiental, social e pública, constatando e contrastando os alcances dos discursos hegemônicos e as textualidades da cultura do localismo.

Em assim sendo, a investigação de condicionantes da conformação do ambiente e da espacialidade urbana que, entre outros indicadores, por sua condição pública, questões da paisagem e de sua hibridez morfológica requerem uma reflexão das condições dos universos referenciais hoje culturalmente instalados. Investigando o tema da relação entre constituição de lugares urbanos e construção da cidade, trabalhando questões referentes à conformação da paisagem e o crescimento da forma urbana, suas mudanças e obsolescências, o ensaio trabalha o entendimento

de estruturas de conformação e de espacialidades da cidade contemporânea a partir do desenvolvimento de uma noção particular da relação público / privado.

II. Cidade Contemporânea: parte 1

Na problemática da cidade contemporânea, observa-se uma cidade entremeadada em textualidades morfológicas inéditas que, operando em um contexto diferenciado de sua dimensão sociocultural, abrem interrogantes nas interpretações simbólicas, modos de uso e apropriações da paisagem urbana, acarretando assim possibilidades de configuração do espaço urbano. A contemporaneidade de uma territorialidade urbana distinta, da qual advém tensões entre domínios, legalidades, usos e práticas urbanas, aporta novas interpretações na relação entre morfologias urbanas, comportamentos e construções conceituais, colocando questionamentos nos modelos instituídos da Arquitetura e da Urbanística. Esses questionamentos requerem o resignificado dos conhecimentos e ações da dimensão territorial urbana de novas demandas espaciais, particularmente, em relação à configuração da relação público / privado, a aspectos do projeto e da projetualidade da cidade contemporânea e aos padrões de comportamento social.

A cidade da vida pós-moderna - da superabundância factual onde a fragmentação e a incompletude são condições intrínsecas - permanece como uma construção coletiva capaz de acomodar distintas possibilidades e significados: um espaço ativado pela ação e imaginação social. No espaço urbano de realidades díspares, a heterogeneidade necessária cria novas contigüidades. Todavia, na sociedade heterotópica contemporânea o 'urbanismo do cotidiano' promove novas ambigüidades do espaço urbano nas 'cidades ageográficas'¹ que, a rigor, não se articulam, excluem-se.

Nesse cenário, um urbanismo global desenvolve estratégias orientadas à produção de uma composição social artificial da gentrificação que, condicionando o uso normatizado do 'lugar urbano', se contrapõe à cidade enquanto bem cultural para ser vivenciado. Projetos emblemáticos de uma arquitetura corporativa de espaços privados transformam a relação

1 Conceito estabelecido por Michael Sorkin relativo a características da cidade contemporânea, quais sejam: dissipação de relações estáveis para com a realidade física do local e a geografia cultural próprias do lugar; obsessão com a segurança por meio de níveis crescentes de manipulação e vigilância sobre a cidadania (com uma proliferação de novos modos de segregação por meio de métodos tanto tecnológicos quanto físicos); simulações e simulacros da cidade enquanto parque temático; e espaços privatizados, pseudo espaços públicos, de destruição de todo e qualquer espaço urbano democrático. [Sorkin, M., 2001]. Já para a noção de 'urbanismo cotidiano' ver [Crawford, M., 1999].

público/privado e promovem a segregação espacial e social em um espaço privatizado fragmentário fazendo com que a noção de cidade enquanto bem público, conformada pela relação público/privado, lugar do convívio e do conflito, seja hoje questionada por uma outra idéia de urbanidade. Parece-nos que investigar a espacialidade do espaço público contemporâneo, de novas realidades de percepção da relação simbólica público/privado, implica no reconhecimento da obsolescência das formas de compreensão e configuração da cidade e da noção clássica de espaço público, uma vez que o âmbito do 'caráter público' se diferencia de sua noção convencional - conceito, percepção, imagem e valoração do espaço público.

Na contemporaneidade, constata-se uma cidade emergente que requer a revisão de ações da sua dimensão territorial. As tipologias urbanas, os padrões de comportamento social, as normas e normativas de planejamento, assim como as propostas de territorialização entre o espaço público e o privado não mais são suficientes para responder, adequadamente, aos eventos de uma cidade que migra seus paradigmas, dentre outros, para territorialidades difusas² e indeterminadas. Faz-se necessário buscarmos respostas, ao menos interpretações, alternativas para a (re)significação da noção de 'lugar urbano': espaços de domínio público caracterizados por distintas situações discursivas que podem tomar forma e serem redefinidos por atividades transitórias dos múltiplos públicos que acomodam. Na revisão do *dasein* heideggeriano, construções teóricas relativas à paisagem e ao ambiente urbano contemporâneos, o espaço como *locus* do conflito, não o espaço do evento efêmero de uma arquitetura cenográfica vazia - não-lugares³ provisórios de uma pretensa urbanidade sem referências e sem identidade.

A reflexão sobre essas questões deve supor a adoção de novas chaves de leitura para compreender as mudanças do espaço urbano e seus processos relativos à conformação da paisagem e do ambiente urbano. A investigação de aspectos da projetualidade de hoje e da territorialidade urbana da contemporaneidade deve considerar dentre suas hipóteses a desenvolver que

2 O emprego do termo 'difusas', ao invés de dispersas, não é apenas uma escolha lingüística, mas também topológica e formal, por meio da qual a arquitetura essencialmente qualifica uma estrutura urbana, seja pela criação de relações nodais ou pela recriação de posições centrais. Em francês 'dispenser' significa dispersar de uma forma aleatória, com a conotação de pânico e desordem; já, no inglês, 'disperse', com a mesma origem, tomou o significado de disseminação e distribuição de uma fonte fixa e constante, muito mais próximo do termo francês 'diffusion' que carrega a idéia de uma disseminação ordenada e disciplinada.

³ Segundo Augé, "se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar". [Augé, M., 1994:73].

- a cidade se revela como um complexo diagrama que articula conexões plurais entre a matriz histórica e a multiplicidade de fluxos e matérias, características da cidade atual, aonde as transformações operadas sobre a cidade admitem e introduzem a necessidade, na análise da configuração da relação público / privado, de valorizar os aspectos formais da paisagem / imagem (como elemento determinante da própria identidade) em possíveis novas espacialidades que respondem por narrativas de múltiplas naturezas. Espaços de diferenças transversais do tecido urbano, não mais advindas da justaposição de espaço / tempo (fundamentação do conceito de rede) mas sim da sobreposição espaço / tempo (simultaneidade)
- para tanto, a investigação de novas territorialidades transfuncionais de domínio público fundamentadas na memória coletiva de uma pluralidade social heterotópica e multirreferencial que, em contraposição ao obscurecimento e desvalorização da memória coletiva de fragmentos congelados de uma história valorada, possam afrontar (fazer frente) a obsolescência de formas da cidade que se inscrevem em simulacros do espaço público. Portanto, 'lugares urbanos' de representação capazes de acomodar distintas possibilidades de novos significados que possibilitem o lugar identitário valorado enquanto chave de interpretação, não a efemeridade do acontecimento de uma arquitetura acrílica e desterritorializada.

III. Cidade Contemporânea: parte 2

A cidade não é um objeto de consumo, mas sim um fenômeno cultural da identidade e da diferença; um sítio, talvez indiferenciado a princípio, mas que se constrói ao longo do tempo em decorrência de distintas atividades que se inscrevem em seu território. A idéia de cidade conforma-se desde a Antiguidade, consolidando-se a partir da comunidade e concretizando-se através de seus espaços coletivos, públicos ou privados, que, a cada época, decorrem de uma combinação específica de determinadas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais. Da Grécia Antiga às cidades burguesas dos séculos XVII e XVIII, a distinção entre o domínio público e o privado foi alcançada através de um longo processo de unificação da *praxis* coletiva e das formas de gestão da cidade. Na civilização ocidental, a noção de espaço sempre apresentou uma correlação entre o espaço enquanto categoria simbólica e social e o fato físico que lhe dava materialidade, sendo que a distinção entre o espaço interior e o exterior é o símbolo de separação entre os domínios da comunidade (plural) e a família (unidade).

Na óptica de uma relação dialética entre o espaço público e o privado, produzir a cidade é produzir espaços públicos e privados como

suporte de uma forma cultural.. Entretanto, mesmo que a noção de espaço (público) nunca tenha se referido exclusivamente a um espaço geograficamente delimitado e aberto de forma indiscriminada⁴, observa-se na sociedade contemporânea a transformação da idéia mesma de espaço, tanto no que se refere a sua materialidade (substrato físico) quanto no que diga respeito a sua permanência, ou efemeridade, e (des)territorialização (substrato temporal). Novas formas de sociabilidade e expressão cultural colocam possibilidades colocadas para a investigação de distintas espacialidades urbanas.

A noção (idéia universal) de cidade como bem público, conformada pela relação público/privado, lugar do convívio, do conflito e do conagraçamento entre pessoas, vem sendo questionada por uma outra idéia de urbanidade. Na cidade contemporânea, da dissociativa fragmentação do espaço urbano, constatam-se espacialidades e sociabilidades de novos 'espaços públicos' (ditos de renovação urbana), de fato 'espaços do consumo' resultantes de processos de urbanização determinados pela lógica do terciário. Ao transferirem o desenvolvimento de atividades cívicas para espaços privados, mesmo que de domínio público, esses processos associam-se a outros que transformam a relação público / privado na produção de pseudo espaços públicos - potencialmente não-lugares atópicos da alienação humana de uma época em que a experiência individual é construída com base no deslocamento e no descolamento de uma sociedade cada vez mais midiática. Nela, em uma nova realidade técnico-social, o estudo da espacialidade da cidade contemporânea requer posturas sensíveis a novas questões da conformação de sua paisagem, uma vez que o espaço urbano, ao perder o sentido de pertencimento, perde seu significado social.

Formular uma visão da cidade contemporânea deve compreender o desenvolvimento de estratégias de intervenção que sejam consistentes com uma tentativa para dar origem a um 'lugar'⁵ - lugar esse representativo

4 "O que a palavra para 'espaço' [raum, rum] designa está contido em seu antigo significado. Raum significa um lugar desocupado ou livre para assentamento e alojamento. Um espaço é algo onde foi criado lugar disponível, algo que, apesar de desocupado e livre tem um limite – pêras, em grego. Um limite não é aquilo que se detém, mas, como reconhecem os gregos, o limite é aquilo a partir do qual alguma coisa inicia sua presença. É por isso que o conceito é o de horismos, isto é, horizonte, o limite. Espaço é, em essência, aquilo para o qual se criou lugar." Heidegger, M., *apud* [Frampton, K., 1997:341]

5 Lugar enquanto espaço dotado de identidade; sítio reconhecido e valorado, distinto do espaço de localização abstrata. Lugar não como espaço geométrico, mas como espaço da vivência, que reúne materialidade e a vida que a anima, que promove a identidade, cujo significado é apostado pelo usuário. O espaço apresenta propriedades e dimensões matemáticas, já o lugar apresenta propriedades e dimensões existenciais, o lugar tem uma atmosfera particular e existencial, o seu caráter e é relacionado à memória. Como trabalha Montaner, lugar relaciona-se ao processo fenomenológico da percepção e experiência humana [Montaner, J. M., 1999:32]

do ambiente urbano fenomenológico⁶ do presente. Entende-se a conformação da paisagem do ambiente urbano como o suporte físico ambiental onde se dão nossas relações existenciais. Nele compõem, por um lado, a forma espacial e física resultante da relação entre os sistemas ambientais e a prática social e, por outro, a forma visual do conjunto de valores que se estabelecem entre o homem e o meio físico, no qual se destaca sua apreensão visual e imagética.

Portanto, a qualidade do ambiente urbano não é consequência direta da adoção de princípios formais específicos. Pensar a cidade contemporânea (projetual e conceitualmente), deve considerar, pelo menos, três aspectos: a reinterpretação e (re)significação da noção de espaço público e a relação entre a representação imagética e formação de valores no indivíduo; a investigação de processos e procedimentos referentes à configuração da cidade contemporânea e os desdobramentos de processos de privatização; a conformação da paisagem urbana contemporânea, sua intrínseca relação com a cultura urbana atual, e o entendimento de que o imaginário da mesma constrói-se em uma sociedade heterotópica e multi-referencial.

Ignasi Solá Morales propõe uma abordagem conceitual particular ao tratar da questão da representação da paisagem urbana. Analisando o viés fenomenológico-existencial de Heidegger e Norberg Schulz, o qual pressupõe um olhar essencial, depurado através de uma experiência direta, corpórea, Solá Morales direciona sua teoria em sentido contrário, defendendo uma teoria do lugar e da paisagem e de sua representação baseada nos meios técnicos disponíveis para mediação do olhar, “[...] *Frente à ilusão realista da tradição fenomenológica há uma grande tradição apoiada pelos avanços da ciência e da técnica que explica que no mundo moderno a apropriação de visões, sons e percepções de toda índole se produzem graças a fenômenos de mediação e que, esta mediação, tem sempre um suporte técnico que a caracteriza e diferencia de outras possíveis mediações.*”⁷

Argumenta que a visão nunca é algo que pode submergir-se no interior das paisagens, dos edifícios ou dos corpos. É, pelo contrário, algo externo, separado, cuja capacidade de apreensão da realidade depende do meio que organizará a visão. Exemplifica sua teoria através da fotografia, cuja visão é condicionada por um dispositivo técnico que se interpõe entre o

⁶ Ambiente compreende a noção de estrutura urbana, na qual o tecido e o espaço compõem; fenomenológico (face ao entendimento de lugar colocado) uma vez que o conteúdo da vida cotidiana que experienciamos é baseada tanto em fenômenos concretos (seres, espaços e objetos) quanto em intangíveis – uma cidade de luzes e sons que se superpõem ao espaço urbano tangível de edificações e obras civis.

⁷ [Solá-Morales, I., 2002:115]

olho e uma realidade de algum modo inacessível diretamente, ingenuamente, pois é uma visão construída, montada. Para o autor, a tecnização do olhar e sua mediação não representa uma perda da realidade, autenticidade ou vivência. Pelo contrario, representa a concretização de nosso campo visual, a multiplicação de suas possibilidades. Neste sentido coloca, “[...] acumulamos, reduzimos, ampliamos e modificamos com técnicas que são por completo alheias ao processo natural do olho e que, no entanto, nos proporcionam acesso a mundos visuais que formam parte da realidade e sobre os que operamos permanentemente.”⁸

Destaca também a capacidade da imagem fotográfica de constituir registros do ‘desaparecido’, das ‘sombrias’ dos objetos que são inacessíveis e que somente podem ser descobertas pela aparição nas imagens. Funciona, portanto, como um instrumento valorizador e amplificador dos significados da paisagem, embora possa ser também usado para exorcizar a realidade limpando-a de seus elementos indesejáveis, e portanto, como instrumento de manipulação e domínio; e conseqüentemente da dominação e determinação da configuração do espaço urbano.

Se considerarmos que não há mais apenas a seqüencialidade cronológica ou linear, existindo também a simultaneidade e a circunstancialidade, assim como ocorre o deslocamento da noção bipolar de centro / periferia para territorialidades difusas e indeterminadas, parece-nos mais significativo buscarmos novas formas de produzir estruturas urbanas, que reconheçam a natureza do espaço urbano coletivo como espaço de experimentação, mesmo que venham a se mostrar equivocadas, do que conduzir-nos através da nostalgia e remoer-nos em condições não mais existentes.

De uma certa forma, a cidade atual representa a culminação do processo de desencanto com a Modernidade. Enquanto processo crítico de conhecimento, a Modernidade está desgastada, caracterizando-se mais pela certeza e arrogância de um ‘ismo’ do que pela interrogação e reflexão crítica da Modernidade em si. Augé qualifica a sociedade contemporânea como a sociedade da supermodernidade, caracterizando-a pela superabundância factual, espacial e a individualização das referências⁹. Submetida a significativos processos de transformações sociais e tecnológicos da realidade multifacetada de uma sociedade heterotópica, heterológica e multireferencial, provavelmente numa taxa maior do que sua própria (sociedade) capacidade de absorção, a metrópole contemporânea, condicionada por um discurso neoliberal privatista e pela mensagem

8 [Solá-Morales, I., 2002:115]

9 [Augé, M., 1994:42]

niveladora da mídia, vem se constituindo no lugar do 'encenar da renovação constante'¹⁰.

Novos processos de urbanização se fazem presentes nas cidades contemporâneas caracterizadas pela presença de estruturas urbanas de crescimento dissociado e fragmentário e pela coexistência de divisões sociais e espaciais. Nelas, o espaço urbano contemporâneo tanto cria novas contigüidades, avizinhando o que é diverso, quanto explicita, e até cria paisagens materiais e políticas, econômicas e étnicas, que se articulam umas as outras, ao mesmo tempo em que se excluem. Aos processos de urbanização que buscam articular-se às formas espaciais existentes, associam-se resultantes de tendências de globalização da economia e informatização das sociedades para produzir uma nova espacialidade urbana: por exemplo, estratégias do terciário de uma cidade da estetização e da gentrificação que, associados ao capital privado de grandes conglomerados industriais e financeiros, conduzem a uma nova estrutura urbana de segregação social, promovendo uma de profunda reorganização funcional, cultural e espacial.

Novas espacialidades urbanas exemplificadas em cidades como Los Angeles – onde a renovação da área central caracterizou uma cidadela empresarial desconectada dos bairros à sua volta, acarretando formas de repressão no espaço e no movimento de segregação espacial, para melhor promover a expropriação ao nível do urbano; Berlim e a intervenção na região de Potsdamer Platz na qual a razão de ser de uma nova urbanidade é a falsa condição de um espaço público miscigenado¹¹; ou Tóquio, onde o Ark Hills da Mori Corporation, desenvolvido na década de 80, constituiu-se em significativo empreendimento de renovação urbana privada que transformou uma área tradicional da cidade¹².

Essas estruturas urbanas via de regra incorporam a produção de espaços coletivos excludentes, privativos e privatizados, espacialmente dissociados ou não do tecido urbano, caracterizados pela privatização do espaço público e por distintos tipos de espaços de exclusão. Em particular, espaços coletivos de exclusão, simulacros da autêntica cidade, que produzem a segregação pela auto-segregação, como os *containers*¹³.

10 [Argullol, R., 1994:60]

11 [Arantes, O., 2003],

12 Similarmente, Puerto Madero em Buenos Aires, Belém do Pará (área próxima ao Ver-o-Peso) ou Natal são exemplos da geometria do espaço social da cidade sul-americana.

13 *Containers*: empreendimentos imobiliários que submetem o capital social (cultural, de lazer e comercial) às suas necessidades de acumulação; estruturas físicas representativas da cultura de massa contemporânea que tem como objetivo central o consumo: de bens e mercadorias (hipermercados e *shopping centers*); de lazer e cultura (museus e centros esportivos); de transportes (estações e aeroportos); ou de serviços (centros empresariais).

Talvez a característica mais destacável desses espaços seja o seu papel de condensadores sociais e territoriais que, enquanto grandes estruturas físicas, face a sua autonomia de localização e à força de se constituírem em condensadores sociais e territoriais, podem alterar a configuração da trama urbana e a noção de centralidade¹⁴, uma vez que buscam estabelecer novos pontos focais de convivência urbana. Mas, esses *containers*, grandes espaços coletivos privados pensados como processadores de cadeias de produção do capital imobiliário e mercantil, exercem esse papel de uma forma totalmente redutora. Em realidade, no caso dos *shopping centers*, a vitalidade dessas estruturas, na busca de uma hipotética 'urbanidade interior' - que supostamente enriquece o espaço da cidade propiciando distintas experiências de vida -, almeja uma progressiva substituição de tradicionais espaços urbanos de vida social.

Na valoração dessa hipotética urbanidade, sob a capa protetora da modernidade e da globalização, esses espaços coletivos privados produzem e conduzem, por meio de uma crescente estratificação e desertificação da cidade, ao empobrecimento do ambiente urbano e a uma falsa crise de suas estruturas. Uma vez que espaços nos quais se produz o intercâmbio caracterizado pela separação da realidade e a criação de um lugar de representação de paisagem autônoma com lógica própria - máxima artificialidade produzida por um recinto fechado -, concentram elementos de forma sintética, desde a estruturação do ambiente urbano do ponto de vista do capital até ao imaginário de representações ideológicas da sociedade.

Neles, não há lugar para atividades que sempre integraram a nossa experiência urbana: a espontaneidade, o ilícito ou a indeterminação. Pseudos espaços públicos para consumidores de elite dos nossos dias, de fato espaços coletivos que promovem a idéia de uma multifuncionalidade do espaço privado (enquanto distintas funcionalidades de um elenco de funções conhecidas) e a sociabilidade em espaços controlados e seletivos, fechados

14 Centralidade, pontos focais urbanos de condensação de atividades, local de encontro de fluxos de toda a ordem. Na urbanística contemporânea, pode associar-se aos conceitos de rede, centro e nó - novas centralidades (nodalidades) de uma cidade de grande homogeneidade e uniformidade, um leque de núcleos decorrentes de uma nova ordem mundial baseada em uma cidadania de consumo. Muitas vezes associados a modelos de recuperação de áreas centrais, esse fatos alteram a monocentralidade e bipolaridade centro/periferia da cidade industrial. Surge não só um novo padrão de desenvolvimento da morfologia urbana, relacionado aos termos extensão, difusão, e redes, como também condições de diagnóstico de descentralização, falta de hierarquia e outros. Embora pertinente às questões aqui abordadas, o desenvolvimento da distinção entre as noções de centralidade e nodalidade extrapola o escopo deste ensaio.

ou não, repletos de sinais visíveis e invisíveis de privatização da esfera pública¹⁵ na arquitetura.

Esses simulacros da cidade alteram o equilíbrio instável entre propriedades. Na realidade, criam uma cidade privada dentro da cidade pública, através da produção de espaços artificiais de sociabilização: espaços dissociativos de agregação de uma função (p.e., praças de alimentação) e não espaços associativos de sociabilização. Em realidade, são representativos de algo que raramente se considera: que o desmoronamento da vida privada, resultado da opção de uma cultura de segurança e da claustrofilia, é a contraface do esvaziamento da vida pública, e, portanto, que o equacionamento da primeira advém da segunda.

Simulacros da cidade também determinados por uma pretensa vanguarda que é necessário afrontar (fazer frente): tecnologias de informação que advogam pela neutralidade do lugar e pela promoção de uma nova mobilidade, sem a necessidade de deslocamentos físicos, colocando em questão a necessidade de convívio, de um lugar urbano, e implicando em distintas conseqüências nos modos de superação da relação entre público e privado. Em teoria, meios técnicos de comunicação libertaram-nos do contato humano direto, mas, sabe-se, a mobilidade individual depende de uma trama urbana heterogênea. Nela (trama), faz-se presente um amplo gradiente entre o público e o privado; uma alteração da fronteira entre o público e o privado decorrente de uma neo-percepção advinda da alteração da relação espaço-tempo-movimento. Muitos acreditam que essa alteração possa oferecer possibilidades de uma nova interação social mais rica na qual, ela (interação) e não o lugar, seja a essência da cidade e da vida na cidade, em detrimento da troca, do encontro, da perambulação inerente à cidade¹⁶. De fato, “[...] *Para os mais entusiastas, a conectividade, a tele-presença, as ágoras eletrônicas, os ciberorganismos e as cidades dos bits nos permitem adentrar uma nova era na qual os sistemas de telecomunicação, os contatos não corporais, a*

15 A esfera pública corresponde a um domínio político que é função da dependência recíproca entre a personificação física e representacional do coletivo; um domínio democrático onde os indivíduos se assumem como cidadãos e participam da vida política. O conceito de esfera pública origina-se na cidade-estado grega, a esfera coletiva da *polis* dos cidadãos livres – *koiné* –, contraposta à esfera do *oikos*, particular de cada indivíduo – *idia*.

16 “O mundo de Mariko Ito, de 32 anos, moradora de Tóquio, usuária de Habitat, essa cidade japonesa de dez mil habitantes, que não se encontra no mapa, porque é uma cidade virtual fabricada pela Fujitsu e lançada na rede Nifty-Serve, em 1990. Mariko Ito “vai” à Habitat ciberespacial, por uma ou duas horas, todos os dias, porque, diz ela, “é fantástico, lá posso ser outra pessoa”. Lá, Mariko pode escolher sua roupa, sua aparência e seu sexo, optando entre os 1100 rostos possíveis, depois de ter se registrado como avatar, ou residente. Atravessando o espelho da tela e entrando, do outro lado, num mundo ciberspacial, Mariko torna-se um avatar, isto é, uma reencarnação, ou uma metamorfose. Com que parâmetros, então, considerar tudo isso?” [Santos, L. G.].

imaterialidade, a anti-espacialidade e a assincronia virão a ser as pautas dominantes. Em troca, para outros, críticos radicais, a sociabilidade, os costumes comunitários, o contato humano, a espacialidade física, a estruturação e o equilíbrio típicos das pedestrianizadas cidades européias, a tolerância aos outros, a capacidade de reivindicação, associação e rebeldia, são valores imprescindíveis que estão sendo postos em perigo por um novo sistema elitista, individualista, fragmentário e consumista. Em qualquer caso, devem ser desenvolvidas perspectivas que sejam críticas com a hegemonia da tecnologia e de seus sistemas de dominação”¹⁷.

IV. Cidade Contemporânea: parte 3

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se confronta com a tendência totalizante do capital sobre a cultura e com um processo de estetização crescente de todas as esferas da vida, o pensamento contemporâneo reivindica uma pluralidade de práticas sociais. A cultura contemporânea não é facilmente definível, tendo tanto um sentido unificador e globalizante, quanto um sentido fragmentário e de valorização de diferenças. A cultura contemporânea é complexa e desprendida de seu sentido moderno e autônomo vinculado à noção de uma representação unificadora e reguladora da vida social. Ela está atrelada à indústria de consumo, na qual não há mais delimitação clara entre formas eruditas e populares, dado o movimento contínuo e recíproco de objetos culturais entre essas duas esferas.

Jameson argumenta que a estetização e a expansão da esfera da cultura estão de mãos dadas com uma euforia pela alta tecnologia e às transformações nas experiências das sociedades de consumo e da relação de espaço e tempo. Para Jameson, a imagem toma o lugar da narrativa, desvaloriza a linguagem e a experiência e toma o caráter de ornamento, de decoração como ‘preenchimento do espaço’ e de ‘disfarce para o consumo da arte’¹⁸. Dessa forma, o “*espaço social se encontra completamente saturado com a cultura da imagem*”¹⁹. A imagem se transformou em mercadoria, reduzindo o sentido da estética à beleza, não como um recurso criativo, mas como um instrumento ideológico na forma de um pseudo-esteticismo, distante da possibilidade de um “papel subversivo” ou de uma “função proto-política”, como no caso das vanguardas modernas.

17 [Montaner, J. M., 1999:51].

18 [Jameson, F., 1991:134]

19 [Jameson, F., 1991:111]

A historiadora do urbanismo Christine Boyer identifica três modelos de representação do espaço urbano moderno. Primeiro, o modelo da cidade como obra-de-arte que diz respeito ao enquadramento pictórico de uma imagem estática de uma ordem espacial fechada e unificada e corresponde a fase do capitalismo da cidade tradicional e industrial²⁰. O segundo modelo concebe a cidade modernista como panorama corresponde ao capital de monopólio atrelado ao mercado, a cidade do plano abstrato ou da visão de sobrevôo, o modelo da metrópole moderna do início do século XX. Já o terceiro modelo, referente à cidade contemporânea, concebe-a como um espetáculo correspondente ao capital globalizado em constante fluxo e sem especificidades territoriais ou físicas. Nele, o imaginário da cidade como espetáculo é o modo de representação de uma urbanidade e de uma urbanização cada vez mais privatizadas e de grande dispersão e mobilidade, representação de uma relação cada vez mais forte entre a cultura e o capital em processo crescente de internacionalização (circulando pela rede de comunicação eletrônica globalizada), cujo modelo urbano não cria representações a partir do mundo social, mas sim pela combinação e pela recomposição de imagens que simulam ambientes sem um referencial fixo ou sem um contexto pré-determinado.

A cidade contemporânea encontra nos fenômenos de estetização e espetacularização um mecanismo poderoso de controle simbólico da produção e da ocupação de sua paisagem arquitetônica e de seus espaços coletivos. Parece-nos que a cultura contemporânea está associada ao consumo, e sua representação mais associada à mediação da circulação de capital do que do contexto social. Aventurar-se pelo urbano hoje implica, por um lado, experienciar as várias faces da transformação da noção tradicional de cidade, como entidade e imagem unificada, em um conjunto de situações espaciais e sociais conflitivas e aparentemente desconexas, e por outro, compreender até que ponto a cidade do espetáculo é a cidade transformada, no extremo, em mercadoria onde o capital cultural tem um papel importante na definição de suas transformações físicas e, conseqüentemente, sociais.

Essas abordagens enfraquecem a identidade urbana, substituindo a tensão individualidade/comunidade pela ação homogeneizadora de

20 [Boyer, M.C., 1996:38]. Os modelos de representação da cidade de Boyer não só produzem imagens visíveis como também expressam um modo perceptivo da realidade e do mundo, mas também não podem ser vistos como conceitos fechados e isolados, uma vez que se sobrepõem e se contradizem em um mesmo território. A relação entre esses modelos, a produção do espaço urbano e a nossa percepção dele é especular. Eles são parte inerente do mesmo processo de significação, do mesmo imaginário, das mesmas práticas e referências que se criam e se recriam nas relações sociais e na nossa presença no espaço urbano.

organizações empresariais, uma vez que secundarizam a dialética tecido urbano / tecido social. Com seus próprios códigos de ética e comportamento funcional, condicionam uma ampla série de atividades que integram o tecido urbano da vida coletiva contemporânea no desenho de uma cidade 'ageográfica' de fragmentos urbanos dissociados – uma cidade estratificada, de pedaços desconexos ou imateriais, à semelhança de um *quilt* de guetos medievais e da 'ágora eletrônica'²¹. Cidade 'ageográfica' (Sorkin) para quem a nova cidade é pouco mais que simulacros temáticos, concentrados em zonas de ócio e consumo, que descartam uma perspectiva física da totalidade.

De fato, no fazer da cidade contemporânea, constata-se uma forte presença de intervenções representativas de processos urbanos de gentrificação que, originando expulsão e exclusão social, empobrecem o ambiente urbano e reduzem a complexidade tradicional do espaço público por distintos meios²². De fato, materializam uma cidade polarizada que perde identidade e significado, tornando-a cada vez mais difícil de ser percebida como um objeto público – uma vez que essa percepção requer a inclusão de todos. Em conseqüência, a conformação da paisagem urbana, como resultado da sobreposição de processos sócio-econômicos e tempos históricos, está cada vez mais ameaçada por empreendimentos com essas características, ditos de renovação urbana. Nelas (intervenções), verificam-se estratégias de determinação que reduzem as possibilidades de perambulação, de escolha, uma vez que não apresentam formas de fruição isentas de intencionalidade, reduzem ao mínimo essa possibilidade²³. Nessa cidade, o espaço urbano define-se através de uma lógica de consumo de bens e serviços, de privatização do espaço público.

O esteticismo do imaginário social assim como a espetaculosidade do espaço coletivo urbano estão relacionadas com transformações de ordem cultural e econômica. Na transformação das práticas urbanísticas, o

21 "O Disney World é visto como laboratório urbano dos EUA; amplia o repertório de estratégias de organização espacial por meio da realidade virtual, de simulação e mascaramento das assimetrias de poder, projetando na fantasia coletiva uma paisagem urbana vernacular de assepsia, segurança e civilidade." [Zukin, S., 2003:7]

22 Zukin aponta o desafio "O desafio conceitual suscitado pelo Disney World à cultura pública reflete o fato de que um espaço completamente artificial, um espaço que nunca foi um lugar real para se viver, pode satisfazer desejos sociais." [Zukin, S., 2003:25]

23 Frúgoli aponta que "Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas" [Frúgoli Jr., H., 2000:79].

planejamento funcionalista e totalizante deu lugar a práticas isoladas de modernização urbana voltadas quase sempre ao desenvolvimento de mercados locais conectados, ainda que de forma precária, à internacionalização e à terceirização da economia mundial. O modelo de configuração urbana racionalista das cidades industriais e modernistas cedeu lugar, nas últimas três décadas do século XX, à prática fragmentada da produção do espaço urbano crescentemente voltada para os interesses do livre-mercado. Do plano ao projeto urbano, do controle de usos do solo ao controle visual e estetizado da paisagem urbana, a produção do espaço urbano deixou de se pautar por conceitos totalizantes da hierarquização de valores e da regulação legislada do uso da terra, dando lugar a práticas urbanísticas de caráter claramente segmentário e mercadológico.

Apesar das críticas ao racionalismo e ao reducionismo do movimento moderno, a cidade contemporânea se traduz cada vez mais em uma paisagem arquitetônica embelezada e simulada em espaços coletivos interiorizados, protegidos e socialmente controlados. Mas não só. Ao estabelecer a noção de urBANALização, Muñoz aponta que a lógica dos *containers* se faz presente na espacialidade contemporânea: espaços tipológicos tradicionais como ruas e praças objetualizados em *containers*, tematicamente reduzidos a um conjunto de funções urbanas de um espaço controlado²⁴. Uma espacialidade do ócio e do consumo caracterizada por modelos e padrões similares de intervenção na produção de um meio urbano para ser visitado intensivamente em tempo parcial, produtora de paisagens (a)territoriais caracterizadas pela espacialização econômica e funcional do território – em todos os lugares paisagens de lugar nenhum (*everywhere nowhere*).

Na urbanização da cidade contemporânea, a administração pública urbana adotou a prática de organização estratégica do mundo empresarial não como forma de controle e previsão de melhorias na organização socioespacial das cidades, mas como forma de gerenciamento competitivo entre elas. Débord, ao analisar a questão da conformação da cidade contemporânea, em particular em relação ao conceito de espetáculo, aponta que o mesmo deve ser visto sob duas óticas: enquanto relações entre pessoas mediadas por imagens; mas também como acumulação do capital a tal nível que converte a si mesmo em uma imagem correspondente ao fluxo constante do capital global²⁵. Dessa forma, se as cidades demandam *marketing* urbano porque a imagem da cidade é elemento de atração de investimentos e capital, até que ponto pode-se dizer que a urbanística

24 [Muñoz, F., 2005]

25 Débord, G., *apud* [Muñoz, F., 2005:74]

contemporânea reduziu-se à produção / (re)produção de uma imagética urbana globalizada e homogênea?

A cidade como espetáculo é o lugar e o modo receptivo das relações sociais estetizadas da cultura contemporânea. A experiência da visualidade se consolida como elemento mediador e definidor entre paisagem e geografia, entre cidade e território, entre indivíduo e espaço; é o meio de reprodução que reduz o sentido complexo dos contextos e das relações do cotidiano à condição de aparências e imaterialidade. O espetáculo urbano contemporâneo é um mundo e uma visão que a atual fase do capitalismo criou de si próprio. Nele, a mercadoria sublimada nas formas sedutoras da imagem se torna o princípio constitutivo da organização das relações e da prática social ; nele, as dimensões existenciais são fortemente reduzidas na produção de espaços de exclusão de acesso controlado, onde a vida pública ocorre segundo regras pré-determinadas.

Como argumenta Jameson²⁶, a nova ordem econômica, social, política e cultural cria um novo tipo de superficialidade baseada no pastiche e na esquizofrenia como sua representação espaço-temporal. O pastiche se refere aos jogos descontextualizados de imagens, preso à reprodução de temas e modelos do passado e de outros lugares, numa simulação contínua de diferentes formas, imagens e estilos. A esquizofrenia impede a associação direta entre os sentidos do passado, do presente e do futuro, representando uma sociedade de imagens deshistoricizadas. Para Jameson, é a solução que o capitalismo avançado encontrou para legitimar o processo de privatização da vida social. Esse fenômeno representa uma radicalização do processo que transforma a paisagem arquitetônica como mercadoria, que passa a legitimar, em suas imagens espetaculares, a tomada de controle da produção desse espaço por setores específicos do mercado. Um novo sentido é introduzido às paisagens da cidade, reduzindo a arquitetura e os espaços públicos a uma série de formalismos e experimentações estilísticas, que respondem mais ao jogo de signos visuais, modismos e códigos da mídia, do que à complexa articulação dos usos cotidianos da vida urbana.

Em decorrência, uma cidade construída por simulacros de espaços urbanos que desprezam a importância do lugar, vetores de formação de fortalezas privatizadas regidas pelo isolamento e pela claustrofilia, que, marginalizando o espaço urbano, acarretam a *“[...] formulação de uma autêntica cidade ficcional em que a interiorização simulada da natureza acompanha a interiorização, não menos simulada, das funções da antiga cidade”*²⁷.

26 [Jameson, F., 1991]

27 [Argullol, R., 1994:61]

Nessa cidade ‘ageográfica’ de *containers*, de uniformes gentrificações históricas tematizadas, das homogêneas gentrificações de renovações urbanas de uma geografia objetificada de paisagens do capital privado, comparecem também os ‘não-lugares’ – conforme a definição de Augé. Se considerarmos que a presença do homem no espaço, a percepção do espaço pelo homem, a indissociabilidade dessas relações e a identidade histórica nos levam ao conceito de lugar, por contraposição, podemos dizer que não-lugares são retratos de nossa época onde os indivíduos se instalam temporalmente, espaços de ocupação provisória e confluência anônima, contextos espaço-temporais flexíveis sem identidade, destinados que são ao cliente, não ao cidadão - não-lugares que tentam estabelecer para a cidade uma nova relação com o espaço e o tempo, na qual é celebrada a vitória do consumismo e da desterritorialização.

Para Augé, o lugar é necessariamente histórico, combinando identidade e relações, relacionado à experiência e à memória humana; enquanto que o não-lugar, uma vez que, via de regra, projetado para a circulação e/ou transporte rápido, não se parece ao espaço público associativo, ao lugar da identidade e das relações em que se acumula a memória²⁸. Embora seja possível a ocorrência de um não-lugar em um lugar – se tomarmos o sentido subjetivo de lugar: identitário, relacional e simbólico -, a objetividade extremada dos não-lugares influencia na caracterização desses espaços, reduzindo ao limite as relações simbólicas entre as pessoas, descolando-as da especificidade do local, do sítio. Além do que, o lugar da elaboração do debate público não pode ocorrer nos não-lugares, se não a custo da deformação da noção de esfera pública. A oposição entre lugar e não-lugar indica não só que a fronteira entre público e privado se alterou, e até foi apagada, mas especialmente entender que o ‘espaço do público’²⁹ transformou-se significativamente em espaço de consumo. O

28 Montaner, ao analisar a presença da noção de lugar enquanto espaço existencial, identifica novas abordagens teóricas da arquitetura contemporânea e o surgimento de novas realidades da percepção do espaço decorrentes de três grupos de ‘fenômenos’ que devem necessariamente ser considerados: os espaços midiáticos, relacionados à (i)materialidade do espaço físico; os não-lugares de Augé, relacionados à contraposição entre efemeridade e permanência em arquitetura, entre identidade cultural e a noção de lugar; e o espaço virtual, ou ciberespaço, e suas implicações em relação a outras culturas do *espaço urbano tradicional* [Montaner, J. M., 1999:45-49].

29 Conceito introduzido por Marc Augé em recente trabalho, no qual aponta para a necessidade de se distinguir entre ‘espaço público’, como sendo o espaço institucional do debate público (que pode tomar formas diversas e nem sempre espaciais), e ‘espaço do público’, como os espaços que efetivamente as pessoas experenciam e vivenciam – nos quais, de forma empírica, se produz o encontro entre uns e outros; e, entre ‘espaço privado’, como sendo o dos assuntos privados, e ‘espaço do privado’ no sentido estritamente espacial – p.e., a ágora como espaço público e espaço do público, e o hipermercado (*container* e não-lugar consumista) como o espaço do privado. [Augé, M., 2001:6]

termo público, para Augé, só está presente no mundo dos não-lugares como uma distorção de seu significado. Público passa a ter a conotação de auditório, público expectador; expectadores de um mundo transformado em espetáculo, ao qual assistimos e consumimos através do jornal, da televisão, do computador, da janela de casa e do vidro do carro. As opiniões deixam de ser produto da discussão e passam a ser informação. Toda a percepção do mundo é filtrada, mediada, pré-fabricada, e assim é também o espaço público ou a cidade, sendo que *“o espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude.”*³⁰.

Na cidade dos não-lugares, na cidade do espetáculo, a cidade dos fluxos e dos fragmentos e não a cidade da ordem racional e da totalidade, não há mais quadros urbanos a configurar. Cidades apenas de partes justapostas na forma de uma montagem cenográfica e cinematográfica, fenômeno de exemplos como Celebration, na Flórida, projetada pela Walt Disney Corporation, consumismo que objetiva a fusão da cultura pop americana com a nostalgia tradicionalista européia. Parte do complexo do Disney World, Celebration é um paradigma do chamado Novo Urbanismo Americano, produto de uma política social concebida em termos do culturalismo de mercado. Representativa de uma arquitetura que melhor traduzisse o espírito do país, suas áreas urbanas foram projetadas para se parecer com pequenas cidades tradicionais norte-americanas, com todas as suas formas institucionais representadas em edifícios e composições paisagísticas, onde imagens vitorianas tradicionais contrastam com relações sociais reguladas por alta tecnologia³¹. Sem formas tradicionais de representação pública e política e, portanto, sem espaços públicos autênticos e ‘lugares urbanos’, essa cidade é uma mercadoria pronta para o consumo de alto padrão, sendo seu gerenciamento totalmente privado.

Quando se perde a possibilidade de encontro e de escolha, quando se perde a identidade humana que pressupõe a identidade do lugar, a alienação humana de uma época de estranheza perante o mundo, construída na experiência individual do deslocamento e do descolamento, torna-se padrão comum de uma arquitetura que facilmente transforma a cidade em uma forma vazia. Ao perder significado social, o espaço urbano perde o sentido de pertencimento e com isso surge o descolamento, primeiro estágio do não-lugar. O descolamento só pode ocorrer em relação a algo que não seja relacional e identitário, duas características básicas da

30 [Augé, M., 1994:95]

31 *“A tecnologia que constitui e circunscreve um novo espaço privadamente controlado é a mesma que abre para a intrusão. A prática da vigilância afeta as fronteiras entre o público e o privado: elas se tornam transparentes. [...] Essa parede imposta que a vigilância policial produz é correlata à parede literal de comunidades de um novo x-urbanismo que estão sendo construídas por toda a América, nos limites de suas megacidades.”*[Gandelsonas, M., 1999:41]

definição do não-lugar. Daí a afirmação de que a perda do sentido de pertencimento decorre o primeiro estágio do não-lugar – primeiro estágio porque, não necessariamente, a ausência do sentido de ‘pertencer a’ implica a ausência do sentido de ‘ter raízes em’.

O direito à cidade é o direito não à cidade arcaica e nostálgica de um passado, ou à da ideologia burguesa enquanto organismo econômico e social gerido por um aparato político-institucional, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos da vida e empregos do tempo. Da repetição à rememoração, do histórico ao psicológico, do coletivo ao individual, a transformação do espaço urbano público em espaços privados publicizados – representativos de uma arquitetura alienante de uma cultura de massa -, com o conseqüente enclausuramento de funções urbanas, é a contraface de uma Arquitetura de negação da vida pública.

V. Cidade Contemporânea: uma questão central

A distinção entre espaço público e privado sempre se constituiu em um dos principais aspectos de investigação do pensamento urbanístico ocidental. A palavra público comparece já no decreto de Sólon, não enquanto uma categoria lógica, mas da sensibilidade ao outro. Para Sólon, a lógica praticada pelos cidadãos gregos, *logon didonai* que vem do *legien*, da assembléia, não constitui um público - público que só é fundamento da atividade lógica na medida em que é consciência do outro. Argumenta-se que na sociedade contemporânea, heterotópica e heterológica, essa distinção grega deve ser revista à luz de um domínio público que responda à pluralidade das diferenças e não somente a sensibilidade ao outro.

A noção de espaço público surge no pensamento utopista da cidade capitalista do século XIX, quando do surgimento do conceito de propriedade privada e a definição institucional dos direitos coletivos (transformação em direito público). Significa um espaço de inclusão que é de livre acesso físico, intelectual e anímico, que não pode ser apropriado individualmente. Portanto, mesmo não sendo capaz de absorver todos os elementos da vida coletiva, todo espaço público é, em essência, um espaço coletivo. Já o conceito de espaço privado, associado ao suporte de atividades individuais, apropriado individual ou coletivamente de forma excludente, está relacionado à privacidade de um determinado espaço, eventualmente segregado, que apresenta distintos graus de coletivização.

Mas essa distinção clássica entre público e privado tornou-se obsoleta. Hoje, anacrônica e restritiva, não mais responde às demandas da pluralidade social contemporânea, restringe o universo legítimo de contestação e possibilita o surgimento de pseudos espaços públicos da

vigilância, do controle e do consumo. Tal obsolescência decorre de definições extremamente limitadas dos conceitos de espaço e público, derivadas da insistência na unidade, do desejo de categorias fixas de espaço e tempo e de noções de privado e público rigidamente concebidas que não mais respondem adequadamente aos processos de transformação da espacialidade urbana contemporânea. Argumentar pela obsolescência dessa distinção não significa, em absoluto, referendar proposições teóricas da morte do espaço público³², mas sim a necessidade de sua reinterpretação decorrente da: reformulação da noção de poder e de relacionamento com o mundo; e da erosão do conceito de público e privado, parcialmente devido à exacerbação da noção de segurança (vigilância e controle) e transformação da noção de visibilidade (literal e metafórica).

Portanto, faz-se necessário investigar a distinção clássica entre público e privado. Mas, longe de supor o fracasso do espaço público, sua (re)significação em uma diversidade de situações intermediárias. Em realidade, a mudança, a multiplicidade e a contestação que constituem sua verdadeira natureza: um entendimento que se fundamenta não na perda, mas sim na possibilidade de reinvenção constante do lugar urbano. Propõe-se, embasado na conceituação de Augé quanto a 'espaço público / espaço do público / espaço privado / espaço do privado', uma formulação do conceito de espaços coletivos pautados na noção de domínio: do público e do privado e de seus limites, para além do grau de coletivização do espaço privado³³.

O espaço coletivo da cidade não compreende uma só função nem representa uma só categoria tipológica, e tampouco está associado a um só significado. O conceito de espaço, ou sistema de espaços, coletivo de uma cidade pode ser definido como o sistema integrado de espaços e edifícios presentes na configuração urbana que tenham incidência sobre a vida coletiva dos cidadãos. Cerasi argumenta que o conjunto de espaços

32 Argumentos nesse sentido, do abandono e deterioração do espaço público, surgem já na década de 60, em parte devido à falência do modelo modernista de cidade funcional. Entretanto, os fatores que conduzem à produção da espacialidade urbana contemporânea, conformada por estruturas físicas que determinam uma cidade sectarizada e fragmentária, são bastante mais complexos. Destaque-se que a argumentação é restrita à obsolescência da distinção clássica entre público e privado. Em outras palavras, não se está aqui argumentando pela obsolescência da noção da esfera pública, da *res pública* definida no Direito Romano, tampouco pela supressão da distinção entre propriedade pública e privada. Veja-se, por exemplo, o trabalho de Crawford quanto a novas sociabilidades de espaços da vida cotidiana – os *everyday public spaces*. [Crawford, M., 1999]

33 Referências à noção de coletivização do espaço privado, e não apenas da quantidade de espaço público, encontram-se no trabalho de Manoel de Solá-Morales. Espaços coletivos que não são nem públicos e nem privados, mas sim ambos a uma só vez – espaços públicos absorvidos por usos particulares, ou espaços privados que adquirem uma utilização coletiva. [Solá-Morales, M., 1995]

coletivos constitui-se por uma particular vivência urbana, fruto de especificidades culturais, sociais, históricas e geográficas. O espaço coletivo não existe necessariamente como fato físico e reconhecível, constituindo-o um fator quantitativo-valorativo (a questão da dimensão e da permanência), um fator cultural (a questão histórica e social dos significados) e um fator espacial-geográfico (a questão da inserção urbana e territorial)³⁴.

O espaço coletivo ou seus elementos não se destacam se não correspondem a uma função pública; seu conjunto não é resultante apenas de um determinado sistema cultural de valoração de significados e hierarquias de uso das partes da cidade. Pertence a uma complexa esfera de inter-relações, fortemente condicionada por aspectos da memória coletiva, hoje inseridos em um processo de resgate de padrões de urbanização que retomem a heterogeneidade da cidade. Em realidade, enquanto sistema, contempla uma combinação de funções e elementos, caracterizando um possível processo de superação da distinção clássica entre público e privado.

Nesse processo aparecem aspectos relativos à compreensão de um lugar coletivo e à transmissão de valor das formas históricas. Esse pensar o passado através da percepção de um potencial histórico corresponde à superação prática da construção de uma memória coletiva, necessária para a constituição de lugares urbanos – memória (que se constrói a partir de lugares repletos de significados) e não história (que se concretiza por meio de acontecimentos)³⁵. Enfatiza-se assim à dimensão pública da arquitetura na interiorização da memória coletiva e na conformação das fronteiras com o espaço coletivo.

Em um cenário de uma sociedade heterotópica em que centralidades urbanas são determinadas por grandes estruturas físicas e/ou por propostas de renovação urbana (usualmente associadas a processos de substituição e expulsão da população local), hoje, constata-se a alteração da monocentralidade da cidade e da bipolaridade centro/periferia do modelo da cidade industrial; essa redistribuição espacial segue padrões de dispersão nos quais a monocentralidade da cidade dá lugar a uma pluricentralidade territorial; os fenômenos de explosão (demográfica) e implosão (de costumes) implicam em novos padrões de morfologia urbana e nos obrigam

34 [Cerasi, M., 1990:88]

35 Memória enquanto ferramenta de concepção do presente e história enquanto ferramenta de entendimento do presente. "A memória se enraíza no concreto [...] a história só se liga às continuidades temporais [...] a história é a reconstrução incompleta do que não existe mais, enquanto que a memória é um fenômeno atual vivido no presente." [Nora, P., 1993:09] A existência desses lugares de memória coletiva está diretamente associada à permanência de elementos no tecido urbano e à sua força simbólica, independentemente de seus usos e funções.

a (re)pensar a cidade à luz da realidade multifacetada de hoje (associada a uma nova semântica de termos como fluxos, dispersão, descentralização e redes); ao espaço-tempo sincrônico da paisagem mnemônica registramos também um tempo assincrônico, não serial, o tempo do passar-ver-passar que espectraliza as imagens do aparecer esporádico e compõe a paisagem em imagens do passar-tempo

▪ É fundamental que os espaços urbanos³⁶ sejam participativos, representativos da vida urbana e da memória coletiva, e que venham a constituir-se em partes de uma trama urbana multiforme, espaços coletivos transfuncionais, híbridos e múltiplos.

A nosso ver, a construção do espaço coletivo atual será consubstanciada por uma variedade de espaços físicos, emblemáticos e icônicos; não espaços meramente funcionais, programáticos e estéticos. Lugares que sejam reflexo não só de uma ordem cultural baseada nas relações sociais vigentes, mas que também possibilitem sua contínua (re)valorização de modo a possibilitar o espaço aleatório – o espaço da indeterminação, da contestação - e não formas espaciais pretensamente neutras, de apropriação do espaço público. Portanto, espaços transfuncionais, espaços polifuncionais constituídos por estruturas que, por apresentarem um grau de indeterminação, possibilitam o encontro e a ação coletiva, na medida em que indeterminados podem lidar com o pluralismo e a diferença, transferindo o consenso, a coerência e a universalidade ao espaço multifuncional³⁷. Espaços coletivos que correspondam à idéia heideggeriana de ‘fazer lugar’³⁸, a qual nunca foi tão importante como agora, pois a construção de um lugar, sem dúvida, é dá-lo, não subtraí-lo.

36 Conforme destaca Montaner “*De todas as formas, os conceitos e experiências de espaço e lugar estão em contínua transformação e, inclusive, dissolução. O lugar e o não-lugar – como o espaço e o anti-espaço - são polaridades limites [...] Em nossa condição presente, espaços, anti-espaços, lugares e não-lugares se entrelaçam, complementam, interpenetram e convivem.*” [Montaner, J. M., 1999:52]

37 Espaço multifuncional: aquele que apresenta distintas funcionalidades de um elenco de funções conhecidas, sem possuir qualquer grau de indeterminação, e constituídos por estruturas determinadas que, eventualmente, apresentam um grau de sobreposições e relações entre si; enquanto polifuncional, espaço que permite uma certa sobreposição, e conseqüente indeterminação, de funções conhecidas.

38 ‘Fazer’ entendido como compromisso com um lugar. Heidegger entendeu que o mundo moderno, devido a uma nova mobilidade possível no espaço, enfraqueceu o sentido de estar no lugar (“*being in place*”). Para ele, a Arquitetura pode ser definida como a arte de ‘fazer lugares’, sendo seu objetivo primário a produção da espacialidade enquanto domínio de um mundo visível. Lugar é centralidade e espaço dispostos aos limites – o *dasein* heideggeriano do ser no mundo. No quadro da produção contemporânea, Frampton destaca quatro aspectos que vêm dificultando esse potencial: 1) a incapacidade de distinguir-se entre arquitetura e edifício e o pressuposto que todo trabalho é arquitetura; 2) a aceitação passiva de avanços tecnológicos; 3) a busca de uma prática autônoma; 4) a crescente perda de relação com a natureza. [Frampton, K., 1996:443]

A busca por soluções que respondam às atuais demandas espaciais de reelaboração urbana e territorial da cidade demanda uma aproximação sem nenhum *a priori*. Pautada na diversidade e singularidade de um entendimento particular de espaços coletivos estruturados na noção de domínio, uma estratégia urbana que atente para onde e como atuar. Trata-se de tecer os lugares, as conexões e os interstícios, de revelar e acentuar os contrastes, as contradições e as complexidades da confrontação urbana, para que dessa heterogeneidade se origine a riqueza da cidade e de seus vazios, os sentidos que dão forma à cidade³⁹. Demandam posturas projetuais que almejem possibilitar a construção não de patéticos elementos estilizados sobrepostos ao espaço urbano, mas sim de lugares coletivos simbólicos apostos a, ou potencialmente definidores de lugares urbanos, de modo a evitar-se a perda de significância em arquitetura.

O conceito de espaços coletivos formulado não trabalha com as características espaciais das formas arquitetônicas – tanto ao nível da cidade quanto do edifício. Seu objetivo é o princípio da construção de um entendimento – um processo contínuo de desenvolvimento do conceito - que demonstre a potencialidade de classificação dos espaços coletivos, sejam eles públicos ou privados, de modo a possibilitar uma melhor compreensão da relação osmótica e conflitante da sobreposição de domínios, da demarcação territorial e da coletivização do privado. Nele, entende-se que, em Arquitetura, não existem ‘semi’ ou ‘quase’ espaços. Espaços, em Arquitetura, são e estão; são concretos e ambíguos, não dúbios. Portanto, não se considera a possibilidade de qualquer classificação de espaços que empregue as raízes ‘semi’ e ‘quase’ – por exemplo, semipúblicos ou semiprivados -, uma vez que o uso das mesmas levam a conceitos intencionalmente dúbios e a questão não é de dubiedade conceitual, mas da superação dos conceitos de público e privado. Outro aspecto refere-se a uma questão semântica, quanto ao não emprego do termo equipamento. Decorre do entendimento de que o termo equipamento, ditado por um modismo semântico, reflete algo funcionalmente determinado. Ou seja, o

39 Esses interstícios e conexões ocorrem, fundamentalmente, em áreas ocupadas, subutilizadas ou vazias, que almejem constituir uma nova centralidade: vazios urbanos ou zonas de obsolescência. Vazios urbanos: glebas desocupadas, ou subutilizadas, dotadas de uma infraestrutura ociosa que opera sem servir, não necessariamente fatores de desvalorização para a área em que se encontram. Já zonas de obsolescência (*terrain vagues*), um tipo particular de vazio urbano, espaços intersticiais que se tornaram obsoletos – por exemplo, em função de transformações tecnológicas (pátios ferroviários, terminais portuários etc.) -, aparentemente esquecidos, e, que, hoje, embora desligados da atividade da cidade e de suas estruturas produtivas, constituem-se em áreas de influência com potencial para redefinir a hierarquia das redes urbanas e estabelecer novas centralidades.

emprego do termo é incompatível com a argumentação de que os espaços coletivos sejam necessariamente transfuncionais.

Além do que, a soma de equipamentos não necessariamente produz espaços. Ainda a destacar que na conceituação apresentada, em relação aos espaços coletivos, um fato a ser analisado não é o de sua especificidade funcional, uma vez que transfuncionais, mas sim de seus modos de uso – uma vez que a análise deve enfatizar a noção de domínio e da pluralidade, secundarizando aspectos da hierarquia e da dominância. No quadro, o termo individual refere-se não a um indivíduo, mas a um grupo que, pelo controle de acesso a um determinado espaço, transforme-o em um espaço de exclusão social; particular a um grupo particular; entende-se que a noção de acessibilidade⁴⁰ a um espaço coletivo privado e publicizado, apesar de seu modo de uso, é variável devido à gestão do uso do solo; e que continuidade espacial diz respeito a um modo particular de articulação dos espaços, sem a perda da definição territorial entre o público e o privado no espaço urbano.

	Propriedade	Domínio	Modo de Uso	Acessibilidade	Continuidade Espacial
Espaço Coletivo	Privada	Privativo	Individual	Inexistente	Inexistente
		Particular	Coletivizado	Determinada	Indeterminada
		Publicizado	Coletivizado	Controlada	Variável
	Pública	Particular	Individual	Determinada	Indesejada
		Privatizado	Coletivizado	Controlada	Variável
		Público	Coletivo	Livre	Existente

VI. Cidade Contemporânea: considerações finais

Em uma cidade que se traduz cada vez mais em uma paisagem arquitetônica tematizada e simulada de espaços coletivos, via de regra interiorizados, protegidos e socialmente controlados, a investigação dos processos de publicização e privatização de espacialidades urbanas coloca uma outra questão: a da necessidade de transformação de uma estratégia comercial, ou institucional, concebida para agregar valor cultural a áreas particulares⁴¹, em uma estratégia cultural voltada para a criação de

⁴⁰ O desenvolvimento dessa conceituação de espaços coletivos trabalha, atualmente, a distinção entre as noções de acessibilidade e permeabilidade, capilaridade e continuidade espacial, bem como uma particular recontextualização da noção de esfera pública.

⁴¹ Por exemplo, *shopping centers* como o Villa-Lobos e Paulista (em São Paulo) e as extensões do Museu de Arte Moderna (MAM) que abrigam, e a errônea culturalização comercial dos

estruturas auxiliares de maior significância cultural e social – assim sendo, descaracterizar a criação de um outro *container* ou de um “[...] novo princípio da *Mischung*, reciclada do ponto de vista arquitetônico-funcional, simbólico e social.”⁴².

Eventuais estruturas urbanas resultantes que reconheçam o ambiente urbano como conteúdo projetual *per se* poderão interagir com as condições existentes tanto suplementando quanto subvertendo aspectos da prática arquitetônica. Dessas estruturas, necessariamente abertas e flexíveis, poderão emergir referências, indícios de solução para uma arquitetura mais representativa do contexto.

Pensar sobre e almejar conceber (projetar) a espacialidade do espaço urbano da cidade contemporânea, deve considerar que a produção do espaço é uma produção eminentemente social, na medida em que não existe espaço sem ação humana, sem atuação da sociedade. A partir de um processo civilizador de ocupação humana é que se configura e se determina um espaço como um produto de organização e utilização das formas sociais⁴³.

No espaço urbano da cidade contemporânea, convivem quotidianamente realidades díspares, encontram-se situados produtos de diferentes épocas e percorrem-no pessoas de origens distintas. No espaço urbano, a heterogeneidade, intrínseca e necessária, é simultaneamente promovida e achatada pela justaposição da coexistência, resultante de uma colagem de formas urbanas, que só é possível em uma sociedade cuja produção e comunicação são de massas, e onde reina uma espécie de ‘inflação’ de produtos e informações. A urbanização pelo consumo gera ou é gerada por uma cultura de massa com força suficiente para se apropriar da cultura popular, que muitas vezes reinterpreta negativamente o seu papel. Ao produzir espaços que negam o contexto geral da cidade, devolve a seus usuários um espaço urbano de uma cultura passiva da alienação. A uma arquitetura da cidade que não tenha como preocupação central o desenho do espaço coletivo urbano enquanto suporte físico para o exercício da cidadania corresponde o fracasso da existência pública do cidadão.

A dificuldade contemporânea em lidar, no espaço, com a complexidade do tempo e com o sentido da história foi reduzida ao jogo das

espaços coletivos de domínio publicizado e modo de uso coletivizado. Em realidade, os espaços do MAM nos *shopping centers* atendem a uma estratégia de *marketing* dos mesmos, que fica a meio caminho entre o consumismo e o entretenimento.

42 [Arantes, O., 2003:35]

43 Essa consideração do homem e suas ações na definição do espaço está presente no pensamento de Milton Santos, e da distinção que estabelece entre as noções de espaço e paisagem, uma vez que traça toda a sua abordagem conceitual sobre espaço a partir da idéia de que o espaço decorre diretamente da atuação da sociedade sobre a paisagem.

aparências, de imitação e de simulação, passando da forma e da função modernas para a ficção pós-moderna. A presença do tempo na paisagem contemporânea se dá pelos elementos superficiais do espaço: ou na forma de uma montagem de tipo cinematográfica ou na forma de uma menção ou citação de estilos, maneirismos e aparências, cuja imagem se apõe à realidade como “um museu imaginário da nova cultura globalizante”⁴⁴ - de parques temáticos à restauração e gentrificação de áreas urbanas, do historicismo aos conglomerados das multinacionais em seus espaços urbanos controlados. A paisagem do tempo espacializado, da imagem, não resolve as questões e as ambigüidades do espaço social, arquitetônico e urbano. Pelo contrário, ela ocupa o lugar do espaço da representação pública, como estratégia de controle social e de reprodução da ordem estabelecida.

Compreender a experiência urbana como uma realidade multifacetada demanda uma redefinição voltada ao (re)nascimento humanista da forma arquitetônica na reconstrução da concepção e da percepção da arquitetura, caso almejemos superar o que a sociedade midiática da era pós-industrial colocou em crise. Crise onde a perda da realidade na vida urbana é o outro lado da moeda de uma Arquitetura que não é capaz de apresentar-se como algo mais do que uma imagem (desprovida de estímulo e conhecimento), e vice-versa, na conformação do ambiente urbano e de seus espaços coletivos.

Se considerarmos também que não há mais apenas a seqüencialidade cronológica ou linear, existindo também a simultaneidade e a circunstancialidade, assim como o deslocamento da noção bipolar de centro/periferia para territorialidades difusas e indeterminadas, parece-nos mais significativo buscarmos novas formas de produzir estruturas urbanas, que reconheçam a natureza do espaço urbano coletivo como espaço de experimentação, mesmo que venham a se mostrar equivocadas, do que conduzirmo-nos através da nostalgia e remoeremo-nos em condições não mais existentes. Investigar a conformação da paisagem do ambiente urbano contemporâneo e a espacialidade de seu espaço público implica, a partir de novas realidades de percepção da relação simbólica público/privado, no reconhecimento da obsolescência de formas de cidade e da noção de espaço público. Portanto, o reconhecimento da necessidade de (re)significação da noção clássica de público: conceito, percepção, imagem e valoração. Essa busca, em um mundo que não é único, que não apresenta uma única verdade, deve ter como objetivo fazer com que a dissolução da mágica não contaminada do obsoleto seja substituída não pelo realismo de uma eficácia vazia, mas pela realidade da vida urbana. Ao contrário da

44 [Jameson, F., 1991:20]

racionalização da realidade, a valorização da experimentação do espaço e do tempo, a redescoberta da sensibilidade e das características poéticas na redefinição do espaço urbano.

Nesse contexto, o pensamento de Heidegger, como destaca Norberg-Schulz, é fundamental⁴⁵. É necessário buscar a conceituação e formulação de outros tipos de lugares urbanos: espaços coletivos não provados – espaços ambíguos de invenção enquanto produtores do conhecimento de novas espacialidades – que possam oferecer novos elos com a cidade e a cultura de hoje. Desenho urbano (da porosidade e conectividade, da multiplicidade e capilaridade) e programa social de espaços coletivos devem ser pares de uma estratégia de intervenção na metrópole e de sua animação pública, na medida em que, acima de qualquer processo de transformação, é papel da Arquitetura ‘fazer lugares’. Desse modo poderemos almejar que a arquitetura não se transforme em um produto, tecnicista e tecnocratizado, de uma vanguarda tecnológica, voltada ao desenvolvimento de uma visão tecno-estetizante de alienação do contexto, que acredita em si mesmo como um pretense meio inovador – em realidade, inovação enquanto mera (re)produção comercial. Senão “[...] a topologia eletrônica daria origem à instantaneidade de um presente em permanência, não seria apenas o espaço/lugar a desaparecer, mas também o calendário de uma memória coletiva. Os muros da cidade teriam sido derrubados ao som da mídia”⁴⁶.

Para que a cidade não venha a ser construída através de simulacros da realidade - *fac-similes* globalizados de formas vazias e assépticas, resultantes de um processo de repetição e justaposição de estruturas e tecidos urbanos -, é possível apenas encarar a construção do ambiente urbano, sobre as novas bases da atual sociedade, por meio de espaços urbanos políticos e sociais, espaços coletivos transfuncionais pautados na noção de domínio, que possam almejar potencializar o exercício da cidadania: não enquanto mais um rótulo de um produto, mas como qualidade ou estado do cidadão no exercício de seus direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este.

“Quem diz que as ideologias morreram

45 “Em um momento de confusão e crise, ele (o pensamento de Heidegger) pode ajudar-nos a alcançar um entendimento autêntico de nosso campo (disciplinar) [...] O problema do significado na arquitetura [...] tem sido no mais das vezes abordado em termos semiológicos [...] Aqui Heidegger vem em nosso auxílio. O seu pensamento sobre arquitetura como uma visualização da verdade restaura sua dimensão artística e, portanto, sua significação humana. Por meio dos conceitos de mundo, coisa e obra, ele nos conduz na superação do impasse da abstração científica, de volta ao que é concreto, isto é, as coisas elas mesmas” [Norberg-Schulz, C., 1996:437-438]

46 [Arantes, O., 1998:186]

na realidade professa a ideologia da morte.”
Enzo Mari

VII . Bibliografia de Referência

ALVES, M. R. *ESPAÇOS COLETIVOS: UM ENTENDIMENTO PARTICULAR.* in 'Anais' 51^o Congresso Internacional de Americanistas, PAT-7 'A Cidade nas Américas. Perspectivas da Forma Urbanística no Século XXI'. Santiago: 2003.

ARANTES, O. *BERLIM RECONQUISTADA. FALSA MISTURA E OUTRAS MIRAGENS.* in 'Espaço e Debates', num 43-44, págs. 28-50. São Paulo, 2003. *URBANISMO EM FIM DE LINHA.* São Paulo: EDUSP, 1998.

ARGULLOL, R. *A CIDADE TURBILHÃO.* in 'Cidades. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, num 34', págs. 191-203. Rio de Janeiro: 2001.

AUGÉ, M. *NO-LUGARES Y ESPACIO PÚBLICO.* in 'Quaderns', num 231', págs. 6-15. Barcelona: 2001. *NÃO-LUGARES: UMA INTRODUÇÃO A UMA ANTRPOLOGIA DA SUPERMODERNIDADE.* Campinas: Papyrus Editora, 1994.

BACHELARD, G. *A POÉTICA DO ESPAÇO.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOYER, M. C. *CITY OF COLLECTIVE MEMORY: ITS HISTORICAL IMAGERY AND ARCHITECTURE ENTERTAINMENTS.* Cambridge: MIT Press, 1996.

CERASI, M. *EL ESPACIO COLECTIVO DE LA CIUDAD.* Barcelona: Oikos-Tau S.A., 1990.

CORSINI, J. M. *DISEÑO URBANO Y PENSAMIENTO CONTEMPORÁNEO.* Barcelona: Monsa Ediciones, 2000.

COSTA, J. F. *O VESTÍGIO E A AURA: CORPO E CONSUMISMO NA MORAL DO ESPETÁCULO.* Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CRAWFORD, M. *EVERYDAY URBANISM.* Nova Iorque: The Monacelli Press, 1999.

FERNANDEZ, M. *LA DIMENSION ESPACIO-TIEMPO EM LA CIUDAD DEL FIN DEL MILENIO.* Córdoba: São Paulo: Ediciones Eudecor, 1997.

DILNOT, C. *THE DECISIVE TEXT ON BEGINNING TO READ HEIDEGGER'S BUILDING, DWELLING AND THINKING.* in 'The Harvard Architectural Review', num. 8, pages 161-187. New York: 1992.

DEUTSCHE, R. *AGORAPHOBIA.* in 'Evictions, art and spatial politics', págs. 269-376. Cambridge: MIT Press, 1996.

FRAMPTON, K. *HISTÓRIA CRÍTICA DA ARQUITETURA MODERNA.* São Paulo: Editora Martins Fontes, primeira edição, segunda tiragem, 1997. *ON READING HEIDEGGER.* in 'Theorizing a New Agenda for Architecture: an anthology of architectural theory 1965-1995', págs. 440-446. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996.

FRÚGOLI Jr., H. *CENTRALIDADE EM SÃO PAULO: TRAJETÓTIAS, CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NA METRÓPOLE*. São Paulo: Cortez Editora / EDUSP, 2000.

GANDELSONAS, M. *X-URBANISM*. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1999.

HEIDEGGER, M. *SER Y TIEMPO*. Santiago: Editorial Universitaria, 1993.

JAMESON, F. *LAS SEMILLAS DEL TIEMPO*. Buenos Aires: Ediciones Trotta, 2000. *EL GIRO CULTURAL: ESCRITOS SELECCIONADOS SOBRE EL POSMODERNISMO*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1999. *POSTMODERNISM, OR, THE CULTURAL LOGIC OF LATE CAPITALISM*. Durham: Duke University Press, 1991

MONTANER, J.M. *ESPACIO Y ANTIESPACIO, LUGAR Y NO LUGAR EN LA ARQUITECTURA MODERNA*. in 'La Modernidad Superada: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX', págs. 25-58. Barcelona: Gustavo Gili, S.A., 1999.

MUÑOZ, F. *PAISAJES BANALES*, in *Metrópolis*, Solà-Morales, I. (ed), págs. 71-87. Barcelona: Gustavo Gili, S.A., 2005.

NORBERG-SCHULZ, C. *HEIDEGGER'S THINKING ON ARCHITECTURE*. in 'Theorizing a New Agenda for Architecture: an anthology of architectural theory 1965-1995', págs. 429-439. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1996.

NORA, P. *ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES*. in 'História', num 10, págs. 7-28. São Paulo: 1993.

SANTOS, L. M. *CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE VIRTUAL*.

SOLÁ-MORALES, I. *TERRITÓRIOS*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. *DIFERENCIAS. TOPOGRAFIA DE LA ARQUITECTURA CONTEMPORÁNEA*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

SOLÁ-MORALES, M. *EL ESPACIO DE LA CIUDAD*. in Seminário Internacional Centro XXI. Transcrição de Palestra. São Paulo: 1995.

SORKIN, M. (ed) *VARIATIONS ON A THEME PARK: THE NEW AMERICAN CITY AND THE END OF PUBLIC SPACE*. New York: Hill and Young, 1992.

ZUKIN, S. *APRENDENDO COM DISNEY WORLD*. in 'Espaço e Debates', num 43-44, págs. 11-27. São Paulo, 2003. *THE CULTURE OF CITIES*. Malden: Blackwell Publishing, 2002. *LANDSCAPES OF POWER: FROM DETROIT TO DISNEY WORLD*. Berkeley: The California University Press, 1993.